

- Hallak, Jacques (1998). *Éducation et globalisation*. Paris: Institut International de Planification de l'Éducation.
- Harvey, Lee (2004). War for the worlds: Who wins in the battle for quality supremacy. *Quality in Higher Education*, 10(1), 65-71.
- Hatcher, Richard (2005, avril). L'école britannique livrée au patronat. *Le Monde Diplomatique*. Retrieved from <http://www.monde-diplomatique.fr/>
- Haug, Guy (2003). Quality assurance/accréditation in the emerging european higher education area: A possible scenario for the future. *European Journal of Education*, 38(3), 229-241.
- International Organization for Standardization (n.d.). Retrieved from <http://www.iso.org/iso/home.html>
- Jobbins, David (2002). Les classements en Grande-Bretagne. *Enseignement Supérieur en Europe*, 27(4), 383-388.
- Merindol, Jean Yves (2004, septembre 16). Quid du palmarès universitaire?. *Libération*. Retrieved from <http://www.libération.fr/tribune/0101502020-quoi-du-palmares-universitaire>
- Noble, David F. (1979). *America by design; science, technology and the rise of corporate capitalism*. New York: Alfred A. Knopf Ed.
- Normand, Romuald (2005). La mesure de l'école: Politique des standards et management par la qualité. *Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs*, 1 (hors-série), 67-82.
- Quality management (n.d.). In *Business Dictionary*. Retrieved from <http://www.businessdictionary.com>
- Renaud-Coulon, Annick (2002). *Universités d'entreprise: Vers une mondialisation de l'intelligence*. Paris: Ed. Village Mondial/Pearson Éducation France.
- Santos, Sérgio Machado (2000). *Introduction to the theme of transnational education*. Retrieved from http://www.cruel.it/cruel/forum-rec/transn_education.pdf
- Sanyal, Bikas C. (1992). *Excellence and evaluation in higher education: Some international perspectives*. Paris: IIEP.
- Srikanthan, Gitachari, & Dalrymple, John (2003). Developing alternative perspectives for quality in higher education. *The International Journal of Educational Management*, 17(3), 126-136.
- Uvalic-Trumbic, Stamenka (2001). *Introductory remarks*. Expert Meeting on the Impact of Globalization on Quality Assurance, Accréditation and the Recognition of Qualifications in Higher Education. UNESCO, Paris.
- Van Damme, Dirk (2002, May). *World quality register*. Keynote presentation at the INQAANE Workshop Quality in Higher Education. Montego Bay, Jamaica.
- Westerheijden, Don F. (2002, November). *Quality assurance in complex higher education systems: A transatlantic comparison*. Paper presented to the SHE Annual Meeting Public Policy Forum, Sacramento, California.

RECENSÕES

Ação local no combate à pobreza e exclusão social

Neves, Tiago (Coord.), Cruz, Isabel, & Silva, Maria do Rosário (2010). *Ação local no combate à pobreza e exclusão social*. Porto: LivPsic.

A obra apresenta um trabalho de investigação sobre a «relação entre ação local e o combate à pobreza e exclusão social» (p. 7) conduzido ao abrigo de um protocolo estabelecido entre o Instituto de Segurança Social e o Centro de Investigação e Intervenção Educativas. Apresentando-o como um «estudo de carácter descritivo e analítico» (p. 25), os autores identificam como questão orientadora da pesquisa «compreender como é que os actores locais (autarquias, redes sociais, instituições particulares de solidariedade social [IPSS], organizações não governamentais, agências de desenvolvimento local [ADL], etc.) se organizam e actuam no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social (p. 7)».

Em termos metodológicos, o estudo enveredou por um processo de amostragem «intencional e teórica» que, no cruzamento entre «seis tipologias de exclusão» (p. 25) estabelecidas em pesquisas anteriores e o contributo de estudos recentes relativos a indicadores sócio-económicos locais, conduziu à selecção como campo empírico de 12 unidades territoriais representando equitativamente as diversas Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de Nível II. A recolha de dados

envolveu a realização de 86 entrevistas a diversificados actores singulares (técnicos, gestores e políticos) e institucionais (ADL, IPSS, ONG, autarquias), operando a nível local ou nacional e que foram auscultados em torno de quatro dimensões – *governança, participação, avaliação e futuro da ação local* – que, em conjunto com as dimensões dos *problemas* sentidos face à actual situação social e dos *conceitos e representações do território*, constituíram as categorias temáticas privilegiadas pela análise de conteúdo accionada para o tratamento e interpretação de dados.

A análise dos dados desdobra-se ao longo de três capítulos, procurando produzir-se uma visão multidimensional e complementar da problemática em estudo. Estes capítulos estão organizados de modo a dar conta privilegiadamente de: i) características gerais dos territórios (sócio-demográficas, estratégias e metodologias de intervenção local privilegiadas, das parcerias e dinâmicas locais, das representações do território e dos problemas emergentes e prioritários e das propostas de ação no campo da luta contra a pobreza e exclusão social presentes); ii) sentidos para a ação local dos actores e instituições locais (modos como se

percebem e definem a relação entre o local e o central, as metodologias e estratégias de intervenção no plano local e sua avaliação, as parcerias – seu estabelecimento e dinamização –, o financiamento); e iii) sentidos que os actores sociais identificados como «estruturas de cúpula» exprimem sobre os «novos problemas sociais e as áreas prioritárias de intervenção, bem como as propostas de actuação no campo do combate à pobreza e à exclusão social» (p. 8).

No primeiro destes capítulos, a categoria de organização do discurso da análise é claramente o *território*, dando-se protagonismo à caracterização dos concelhos seleccionados como campo empírico enquanto expressões singulares de 6 ideais-tipo de relação dos territórios com a exclusão social (justificando assim a sua escolha como tipificação das situações de exclusão no Portugal continental): i) territórios moderadamente inclusivos; territórios de contraste e base turística; iii) territórios ameaçadores e atractivos; iv) territórios envelhecidos e desertificados; v) territórios industriais com forte desqualificação; vi) territórios envelhecidos e economicamente deprimidos.

De acordo com a intenção transversal à obra, adopta-se como quadro de inteligibilidade das lógicas de intervenção desenvolvida a distinção entre i) acção assistencial (associada à ajuda directa a indivíduos em risco social) e ii) desenvolvimento comunitário (procurando aqui relevar-se modos de intervenção mais globais, tomando a comunidade como escala e envolvendo estratégias participativas visando a autonomização/*empowerment* dos sujeitos e das comunidades), mas reconhece-se empiricamente ao longo do capítulo a dificuldade de hermeneuticamente abordar uma problemática multidimensional como a da pobreza e da exclusão social, e particularmente em tempos de uma «nova questão social», a partir de categorias dicotómicas e «puras».

Assim, destaca-se o modo como nos diferentes territórios abordados – independentemente da sua situação face à exclusão – se encontram lógicas híbridas de intervenção (conjugando a lógica assistencial e de desenvolvimento comunitário) e o reconhecimento de que não se pode considerar a existência de uma corre-

lação forte entre um certo modo de intervenção e uma dada natureza das instituições locais intervenientes no campo da pobreza e da exclusão social ou com determinadas áreas ou públicos-alvo da intervenção. A hipótese explicativa remete-nos para a multidimensionalidade do problema ou a multiproblematicidade do território que implicariam abordagens híbridas ou complementares entre assistencialismo e desenvolvimento comunitário. Todavia, não será despiendo admitir que esta hibrididade resulta igualmente de lógicas induzidas pelas entidades e programas de financiamento da intervenção local e pelas entidades centrais de regulação desta que têm conduzido à *terceirização* da intervenção social.

Ainda assim, a dimensão «território», no que supõe de especificidade em termos de mapas cognitivos, culturais e relacionais dominantes nas suas populações, de características demográficas, de vitalidade e diversidade de actores locais, de organização do sistema económico local e sua relação com o sistema económico mais amplo, marca, quer o que nos diferentes territórios é identificado ou naturalizado/invisibilizado como problema (nomeadamente o que é a percepção do risco e da realidade da pobreza e da exclusão social), quer o modo como são implementadas e mantidas as parcerias no domínio da intervenção social, e mesmo como se define o que se considera como intervenção significativa em cada contexto.

Estas «especificidades» acabam por ser causa e consequência da cristalização de dicotomias ou descontinuidades territoriais e sócio-económicas bem conhecidas – Norte/Sul, litoral/interior, rural/urbano – que permitem falar de uma *modernidade inacabada* como traço dominante do país; uma modernidade inacabada atenuada pela persistência de laços de solidariedade associados a uma certa vivência comunitária, eventualmente remota no tempo, mas ainda presente nas práticas culturais, e que provê o que as políticas públicas e o modelo de desenvolvimento predominante não permitem suprir.

Não obstante, é importante realçar que o estudo permite sustentar que a acção local gera recursos – dinâmicas associativas, processos inovadores de inter-

venção... – que se reconhecem como capazes de inverter a cristalização das dicotomias assinaladas. Isto é, como há muito nos ensinou a abordagem sistémica e a investigação-acção, mas também a reflexão e intervenção desenvolvidas no campo do desenvolvimento local, os processos de intervenção não dependem essencialmente da existência prévia de recursos, mas afirmam a sua potencialidade – neste caso reconhecida pelos seus protagonistas – precisamente pela (re)criação original de recursos.

O segundo capítulo estrutura-se em torno das categorias da análise privilegiadas pela pesquisa, nomeadamente o lugar e natureza da acção local no combate à pobreza e exclusão social, as metodologias e estratégias de intervenção privilegiadas, a relação percebida e reivindicada entre local e central, o papel das parcerias numa lógica de territorialização dos processos de intervenção ou de «*governança social local*» e, ainda, a questão do financiamento e avaliação das instituições e seus processos de intervenção/acção local. Não podendo aqui dar conta detalhadamente dos contributos deste capítulo, interessa ainda assim explicitar qual o referente de análise privilegiado e proceder à identificação de questões centrais no estudo.

Os autores posicionam-se no sentido de i) procurar «conhecer as dimensões da acção local no combate à pobreza e à exclusão social» (p. 102) com a finalidade clara de compreender de que modo essa acção local se aproxima ou distancia das actuais tendências para a territorialização da intervenção e de ii) identificar áreas que neste sentido possam ser trabalhadas na relação entre estruturas e poder central e instituições, poder e acção locais.

Os discursos mobilizados salientam a importância e legitimam a existência da acção local conquanto ela assente na mobilização e integração dos actores locais e parceiros em processos de efectiva negociação que se ramifiquem metodologicamente em processos participados de conhecimento e diagnóstico local, em modalidades de intervenção de proximidade e contextualizada, dando concretamente resposta a necessidades e problemas localmente específicos, e em que mili-

tância e voluntarismo estabelecem uma fronteira tênue com a tecnicidade e o profissionalismo. Numa perspectiva de reinterpretação de resultados do estudo, dir-se-ia que o lugar da acção local que emerge da análise dos discursos dos actores revela simultaneamente um registo de justificação e reivindicação sócio-política e de caracterização metodológica das formas de intervenção adoptadas, que nos remetem para o que alguns autores vêm identificando como *associativismo cidadão* num registo de produção emancipatória do local.

Nestes discursos não encontramos porém a afirmação incontrolada de uma lógica de «auto-suficiência comunitarista». Com efeito, a análise permite destrinçar aquilo que são modalidades de relação diversas com outras escalas e actores da intervenção social e política que matizam o que a acção local pode ser numa perspectiva de desenvolvimento social. Neste particular, compreende-se que a acção local se desdobre num contínuo entre modos de relação convictos, induzidos ou compulsórios e entre formas de intervenção de complementaridade, de supletividade ou de interpelação face às políticas, programas e instituições, designadamente, as públicas.

Um operador importante desta diversidade e *continuum* de relações é a noção de parceria que se reconhece ter-se transformado de uma opção estratégica gerida localmente numa quase obrigação instituída, muito por via dos discursos políticos e científicos que ancoram o designado «paradigma da territorialização da intervenção» e da «governança social local» (p. 119), mas que não impede os actores locais de reconhecerem a sua pertinência para a intervenção, principalmente quando falamos de parcerias amplamente diversificadas em termos das suas funções na acção local, caracterizadas pela cooperação (e não pela competição...) e pela partilha de opções sócio-políticas, designadamente a vontade de transformar a realidade social.

Não será uma sobreinterpretação da análise produzida sugerir que os modos de relação construídos entre actores locais e outros actores, principalmente os situados à escala nacional e/ou europeia, são fortemente marcados pela questão do financiamento, aten-

dendo ao reconhecimento da dependência *muito forte dos actores locais face à Administração central e aos financiamentos públicos*, e pela ambivalência quanto ao que deve ser o papel regulador do Estado na acção local e, concomitantemente, ao que se pode constituir numa efectiva descentralização. Estes modos de relação traduzem-se frequentemente em dificuldades de recontextualização local das políticas e programas e, essencialmente, numa fraca retroacção da experiência da acção local sobre as lógicas de funcionamento das instituições centrais, o que conduz os actores locais a manter uma representação crítica face ao que consideram ser a *«centralização do planeamento e da acção»* e o *«distanciamento da realidade local»* (p. 154) e as tendências para se acentuar a burocratização da relação e o controlo da acção local, que encontram o seu contraponto lógico nas sugestões dos actores locais no sentido da *«transferência de competências»* (p. 159) e de promoção da *«sustentabilidade das intervenções»* (p. 160).

O terceiro capítulo organiza-se em torno dos discursos das estruturas de cúpula, isto é, «organizações do terceiro sector, mas também de organismos da administração pública local, do sector empresarial e dos sindicatos» (p. 177), e do modo como estas definem o lugar da acção local, as relações e interações entre local e central e problemas e propostas de intervenção no campo da pobreza e exclusão social.

A tónica desta secção consiste, por um lado, na auto-afirmação destes actores enquanto estruturas de *mediação* entre Estado e local e, por outro lado, no reconhecimento que é dado à acção local nos discursos destas estruturas, associando-se em larga medida a sua importância e pertinência às características anteriormente identificadas pelos actores locais. Isto é, à possibilidade de desenvolvimento de uma acção integrada – aqui entendida essencialmente como uma *«integração de recursos»* cujo referente é a eficiência e sustentabilidade da intervenção – por via do trabalho em parceria ou em rede, uma acção endógena (atenta às especificidades e potencialidades e investindo na mobilização e participação das comunidades e institui-

ções e poderes locais) e uma acção sustentável, sensível e sensata (baseada num conhecimento de proximidade do que a partir do *«olho do Estado»* permaneceria invisibilizado, na preservação e recriação das dinâmicas e relações informais e na reivindicação e acção cidadã junto das entidades do poder local e mais amplamente do poder público), capaz de articular diferentes escalas e dimensões do desenvolvimento (local, regional, nacional; infraestrutural e imaterial) e, muitas vezes, desempenhando o papel de geradoras de emprego ou de empregadoras.

O dispositivo de intervenção que emerge como polarizador das tensões e potencialidades da acção local nestes discursos é o programa designado Rede Social. A emergência deste parece constituir um reconhecimento político da necessidade de novas abordagens territoriais aos problemas da pobreza e da exclusão social, mas simultaneamente a sua implementação é marcada por processos ambivalentes de descentralização *vs* hierarquização, formalização e burocratização que inviabilizam a sensibilidade deste dispositivo para lidar com unidades territoriais de geometria variável, bem como o reconhecimento de protagonistas locais que não se apresentem e se expressem segundo o que o dispositivo espera.

Estes actores de cúpula apontam igualmente um conjunto de fragilidades com que a acção local se vê confrontada, algumas das quais são miméticas das identificadas pelos actores locais, designadamente, i) a dependência financeira do Estado e a escassez crónica de recursos, ii) a difícil concertação inter-institucional e territorial em termos de planeamento e da intervenção ao nível das respostas sociais. Outras emergem como fragilidades da acção local apenas assinaladas por estes actores: i) a dificuldade de lidar com situações de pobreza e de exclusão que supõem a transformação de factores macroestruturais, uma situação que, por vezes, torna a acção local apenas paliativa ou remediativa, e ii) «a existência de défices em termos de conhecimentos técnicos e científicos sobre as questões da pobreza e da exclusão social – que conduzem à persistência de estereótipos sobre estes fenómenos e sobre as pessoas

que eles atingem –, mas também ao nível das próprias metodologias e instrumentos de intervenção nestes domínios» (p. 188), um défice que, ainda assim, as instituições vêm, nos últimos tempos, procurando ultrapassar através do investimento na formação.

A obra conclui com uma sistematização dos principais eixos destacados pela investigação e com um conjunto de sugestões e recomendações com destinatários diversos – decisores políticos, instituições e técnicos de intervenção –, mas que podem igualmente ser lidas como desafios a aprofundar em futuras investigações no campo.

Em síntese, na sua dimensão teórica e empírica, este estudo contribui para a consolidação do conhecimento acerca da acção local em Portugal, suas articulações com as políticas sociais e de desenvolvimento e da problemática da pobreza e da exclusão social nas suas especificidades territoriais, inscrevendo-se consistentemente numa profícua linha de trabalhos que ao longo das últimas duas décadas têm sido (co)produzidos por investigadores do CIE.

João Caramelo

CIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas

Educação e diversidade cultural: notas de Antropologia da Educação

Vieira, Ricardo (2011). *Educação e diversidade cultural: Notas de Antropologia da Educação*. Porto: Edições Afrontamento e CIID/IPL.

Esta obra corresponde ao resultado do trabalho para as provas de obtenção do título de agregado, mas a sua fecundidade projecta-se no interesse com que pode ser lida e na utilidade de que se pode revestir para qualquer pessoa que se preocupe com temas como identidade cultural, educação intercultural, antropologia da educação, relações escola-família, comunicação e educação, globalização e cultura, para citar apenas alguns dos núcleos centrais deste livro.

Dividido em três partes, a primeira faz uma introdução ao conceito e ao contexto da Antropologia da Educação, a segunda apresenta as orientações para a exploração de 13 núcleos temáticos que se afiguram incontornáveis no vasto campo desta disciplina e a terceira apresenta as opções pedagógicas, os critérios de avaliação e a bibliografia geral em que se apoiam e sustentam as reflexões esboçadas, abertas e percorridas ao longo da obra.

Tratando-se de uma disciplina relativamente recente no panorama epistemológico em Portugal, é natural que a obra comece por explicitar o percurso

que, além fronteiras, fez com que as preocupações dos antropólogos com a educação emergissem progressivamente de uma forma mais definida e consolidada, passando por Tylor, Lévi-Bruhl, Malinowski, Sapir, Ruth Benedict, Linton, Lévi-Strauss, Bastide, Meyer Fortes e Jack Goody, num processo que levou a que se fossem esboçando os contornos, o objecto e as metodologias desta disciplina bem como as suas fronteiras e as pontes com outras disciplinas, nomeadamente com a Psicologia e com a Sociologia, com as quais mantém relações especiais de interdisciplinaridade e colaboração. A esse registo da emergência da Antropologia da Educação no panorama epistemológico do século XX, segue-se um rastreio das principais iniciativas que marcam a sua institucionalização em Portugal, que passa inevitavelmente pelo ISCTE, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e por algumas Escolas Superiores de Educação, sendo ainda de referir a importância que teve para o seu desenvolvimento a revista *Educação, Sociedade & Culturas*, da Associação de Sociologia e Antropologia da Educação (e, posterior-